

JUSTIÇA SOCIAL

(Especial para o "Correio do Povo")

GUSTAVO CORÇÃO

Acabava eu de dar uma aula de telecomunicações na Companhia Telefônica, e descia por uma escada dos fundos do edifício conversando com um de meus alunos, quando vi chegarem dois carregadores com dois enormes cestos cheios de tamancos. Estranhando o espetáculo, que seria mais explicável se estivessemos na zona rural, perguntei ao engenheiro da casa a razão de ser daqueles tamancos.

— É uma exigência do Ministério do Trabalho para o pessoal do restaurante, porque o piso é de ladrilhos...

Caminhamos em silêncio até o local onde havia deixado o carro. Não sei em que ia pensando o jovem colega. Eu ia pensando nos tamancos, nos ladrilhos do restaurante, e na solicitude, sim, na SOLICITUDE do Ministério. E senti de repente, como poucas vezes na vida, numa fulgurante inspiração, toda a profundidade da impostura dessa legislação trabalhista. Não venha algum leitor de inclinações esquerdistas me dizer que a primeira responsabilidade do fenômeno coube aos capitalistas da Sociedade Liberal. Eu sei. É bem provável que eu já soubesse disto antes do referido leitor nascer, ou pelo menos nascer para a consciência do problema. A moça que se perde, muitas vezes ou quase sempre é por negligência ou egoísmo familiar que se desgraça, mas nem por isso podemos comparar a falha dos pais à perversidade oleosa e neuseabunda da castina. Ora, nesse problema social há uma regra de três em que a legislação social, as leis trabalhistas, e o próprio Ministério aparecem como análogos da castina. Aquela solicitude dos tamancos, meus amigos, é falsa na forma, falsa no conteúdo, e falsa nas motivações. É falsa por dentro e por fora. É falsa em si mesma como medida, e falsa nas intenções. Um grande papa disse que o maior escândalo do século passado foi o da exploração do homem pelo homem. Ele referia-se à exploração do trabalho, exploração do braço. A meu ver, o maior escândalo deste século é a exploração do homem, é ainda a exploração do homem, mas agora é a de seu coração.

Raciocinemos juntos, leitor.

Aqueles funcionários da empresa são protegidos de ter pés frios as sete horas em que permanecem no recinto do trabalho. Depois disso que se arranjam como puderem lá nos lugares onde moram, se é que podemos dar a este verbo tão elástico campo de significações. Na empresa eles têm refeição barata, limpa, e tamanco para evitar resfriados, na área perigosamente ladrilhada; em casa, se podemos chamar de casa o caixote mal pregado e mal coberto em que moram centenas de milhares, eles vivem com menos asseio do que os porcos nas modernas fazendas, e em condições mil vezes piores do que vivem os cavalos de corrida.

O leitor pouco inteligente talvez me perguntasse, neste ponto do raciocínio, o que pode fazer o governo, o que podem fazer os ministérios, pelo operário em folga, pela casa dele, pela mãe ou pela filha dele. A minha resposta, ou melhor, a resposta do bom-senso seria imediata: o governo pode governar bem. Nós outros que militamos em torno de alguns princípios e idéias fundamentais, ainda acreditamos em certo número de postulados básicos. Um deles é o seguinte: justiça social deve incluir bom governo. A justiça social que não inclui bom governo é um escarneo, como este dos tamancos. É uma imposição de clamar aos céus. É o maior escândalo do século.

Um amigo, que trabalha numa grande firma que vende roupas e outros artigos, contou-me uma história parecida com a dos tamancos. O fiscal do Ministério aparece certo dia e reclama a ausência de armários individuais para a roupa do empregado. Explicam-lhe que aquilo é um escritório, e que em geral nos escritórios não é hábito trocar de roupa. O funcionário, nos dias de calor, tira o casaco e coloca-o atrás da cadeira... Não. Era preciso ter armários individuais conforme preceituam as leis trabalhistas. A firma acha melhor satisfazer a estupidez, já que parece ter sido ela mesma, em pessoa, eleita para todos os cargos de direção. Ocupa-se uma sala de aluguel caríssima, fazem-se os armários que até hoje novos em fôlha e sem in-

quilinos. Ninguém usa a solicitude ministerial. Mas todos a pagam. Sim, meu caro, meu caríssimo leitor, TODOS PAGAM A ESTUPIDEZ, que por sinal é uma das coisas mais caras do mundo. Todos a pagam, a começar evidentemente pelo próprio operário que usa aqueles mesmos artigos que a empresa fabrica e vende. O desgaste social, o atrito econômico, as perdas desses circuitos de utilidades, caem encima de todos e pesam mais nas cabeças mais fracas.

Justiça social não é coisa feita somente de fatores econômicos, como erroneamente pensam alguns. É categoria mais ampla que insere em sua definição, antes de tudo, um bom governo. Em outras palavras: o primeiro promotor da Justiça Social deve ser o governo, o grupo de homens profissionalmente investido dessa responsabilidade. Numa sociedade decente, todos deveriam trabalhar para o bem comum, e portanto para a Justiça Social. Mas o governo, nessa tarefa geral, tem parte mais precisa, mais imperativa, mais obrigatória. Ser governo é ser o primeiro promotor do bem comum e da justiça social.

Não é preciso muita perspicácia para descobrir que há muito tempo não temos tido um governo que satisfaça mediocrementemente aquela definição. Em compensação, amigos,

temos tido governos que pretendem fazer a justiça social obrigando a empresa a socorrer o operário e a tratá-lo bem nas horas de trabalho, sem que ninguém tenha o encargo de resolver os problemas da folga, da vida caseira e familiar. Ainda mais: esses governos que pretendem fazer essa caricatura da Justiça Social, fazem-na na base da inimizade social, isto é, na base do peleguismo, do acirramento de ódios, e das demais modalidades desta nova espécie de ópio do povo.

Todos nós sabemos que o governo não paga; nunca pagou e jamais pagará sua contribuição às caixas de aposentadorias e pensões. Ora, essa omissão não é um puro calote, não é um simples fenômeno econômico e financeiro. É um símbolo de mais grave omissão. Tudo é feito como se o papel do governo fosse o de atender a uns em detrimento de outros e finalmente em detrimento de todos, mas está entendido que ao governo não compete fazer justiça social. Agora ouço dizer que até algumas empresas particulares já começam a não pagar à CAPPESP que está praticamente sustentada pelo grupo Light. Isto quer dizer que no mesmo contexto cultural em que se ventila o ódio ao capital estrangeiro ensina-se também que só a ele compete aquecer os pés frios de nossos operários...